

hysan

Page
[Signature]



Centro Social da Freguesia de Soza

Encerramento de Contas

Balanço e Demonstração de Resultados e Anexo
a 31 de Dezembro de 2018

Centro Social da Freguesia de Sosa

NIF

503.339.253

Unidade monetária Euro

Balço Contabilístico a Dezembro

2018

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	631.847,72	643.792,20
Activos Intangíveis		630.450,45	642.780,46
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros creditos e activos não correntes	3.2.2	1.397,27	1.011,74
		0,00	0,00
Activo corrente		428.027,59	473.387,96
Inventários	7	3.263,52	1.534,56
Créditos a receber	15.4	39.290,40	42.178,83
Estado e outros entes públicos	15.3	2.895,63	2.643,57
Diferimentos		1.285,88	13.793,17
Outros activos correntes		7.771,26	6.582,26
Caixa e depósitos bancários	15.1	373.520,90	406.655,57
Total do activo		1.059.875,31	1.117.180,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		794.875,29	778.841,49
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		794.875,29	778.841,49
Fundos patrimoniais		227.997,49	240.069,17
Subsidios ao investimento		150.511,31	162.582,99
Doações		77.486,18	77.486,18
Outras variações dos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do exercicio		-34.687,37	16.033,80
Total dos fundos patrimoniais		988.185,41	1.034.944,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.2	14.573,37	7.867,31
Estado e outros entes publicos	15.3	8.186,25	7.033,57
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros Passivos correntes		48.930,28	67.334,82
Subtotal		71.689,90	82.235,70
Total do Passivo		71.689,90	82.235,70
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1.059.875,31	1.117.180,16

A Direcção

Contabilidade - (c) Port. 220/2015

O Contabilista Certificado

Nº 23.249 Armando Gonçalves Martins Viana

Centro Social Freguesia de Sosa
Demonstração de resultados

NIF 503.339.253

Moeda: euro

CONTAS		2018 BALANCETE 2018	BALANCETE 2017	Comparativo
72	Prestações	129.178,72	141.703,23	-12.524,51
721	Matrículas e mensalidades	128.171,72	133.654,73	-5.483,01
722/8	Outras (722 e 725)	462,00	806,00	-344,00
722/8	Outras - Prog Emerg Alimentar	545,00	7.242,50	-6.697,50
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados	366.624,73	344.372,12	22.252,61
751	Subsídios de Est Entes Publicos	357.499,67	334.118,25	23.381,42
7511	ISS, IP - Centros distritais	300.158,15	294.171,60	5.986,55
7515	Outras entidades publicas - CMV	57.341,52	39.946,65	17.394,87
752	Subs outras entidades - IEFP	9.125,06	10.253,87	-1.128,81
78	Outros rendimentos e ganhos	39.610,43	45.112,79	-5.502,36
781	Rend suplementares - Fotovoltaica e transp	19.952,60	23.745,90	-3.793,30
782	Desc pronto pag obtidos	342,95	24,54	318,41
788	Outros rendimentos e ganhos	19.314,88	21.342,35	-2.027,47
7881	correções de periodos anteriores	365,71	6.327,55	-5.961,84
7883	imputação subdsios investimento	12.071,68	12.072,69	-1,01
7882-7884/7887	rendimentos e ganhos de activos	0,00	0,00	0,00
7888	Outros não especificados	6.877,49	2.942,11	3.935,38
79	Jurus, divid e outros rendim. similares	145,72	659,92	-514,20
	Total dos rendimentos	535.559,60	531.848,06	3.711,54

CONTAS	VALÊNCIAS	BALANCETE 2018	BALANCETE 2017	Comparativo
61	CMVMC	67.137,07	70.519,59	-3.382,52
	CMVMC - Gerais	58.041,98	62.317,78	-4.275,80
	CMVMC - Creche	8.514,37	8.151,09	363,28
	Artigos Farmaceuticos	580,72	50,72	530,00
62	Fornecimentos e serviços externos	84.589,61	66.124,79	10.191,82
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	40.710,99	34.743,25	5.967,74
6221	Trab especializados	21.141,85	18.785,87	2.355,98
6222	Publicidade e propaganda	344,50	949,50	-605,00
6223	Vigilancia e segurança	2.105,40	2.612,82	-507,42
6224	Honorarios	0,00	0,00	0,00
6225	Comissões	0,00	0,00	0,00
6226	Conservação e reparação	17.119,24	12.395,06	4.724,18
6228	Outros	0,00	0,00	0,00
623	Materiais	3.475,99	4.869,20	-1.393,21
6231	Ferramentas e utensilios desg rapido	1.913,98	2.750,51	-836,53
6232	Livros e doc tecnica	0,00	0,00	0,00
6233	Material escritorio	1.562,01	2.118,69	-556,68
6234	Artigos p oferta	0,00	0,00	0,00
6235/6238	Outros	0,00	0,00	0,00

Centro Social Freguesia de Sosa
Demonstração de resultados

NIF 503.339.253

2018

Moeda: euro

CONTAS		BALANCETE 2018	BALANCETE 2017	Comparativo
624	Energia e fluidos	27.598,95	15.798,05	3.527,90
6241	Electricidade	7.576,60	6.085,05	1.491,55
6242	Combustível	17.217,74	6.827,89	
6243	água	2.804,61	2.885,11	-80,50
626	Deslocações, estadas e transport	1.037,07	787,61	249,46
6251	Deslocações e estadas	1.037,07	787,61	249,46
6253	transp de mercadorias	0,00	0,00	0,00
6258	outros	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	11.766,61	9.926,68	1.839,93
6261	rendas e alugueres	0,00	0,00	0,00
6262	comunicação	2.453,47	2.176,35	277,12
6263	seguros	5.017,56	3.270,59	1.746,97
6266	contencioso e notariado	579,14	160,22	418,92
6268	Limp higiene e conforto	3.716,44	4.319,52	-603,08
63	Custos com pessoal	349.282,45	315.380,04	33.902,41
632	Remunerações do pessoal	284.025,31	252.049,15	31.976,16
6321	Remunerações certas	284.025,31	252.049,15	31.976,16
6322	Remunerações adicionais	0,00	0,00	0,00
635 (6352)	Encargos sobre remunerações - Pessoal	56.740,96	58.763,86	-2.022,90
636 (6362)	Seguros acid trab - pessoal	7.410,12	3.601,13	3.808,99
638 (6382)	Outros gastos com o pessoal	1.106,06	965,90	140,16
64	Gastos depreciação e amortização	51.466,62	54.320,62	-2.854,00
641	Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00
642	Ativos fixos tangíveis	51.466,62	54.320,62	-2.854,00
	Ativos - gerais	31.520,38	34.374,38	
	Ativos - fotovoltaica	19.946,24	19.946,24	0,00
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
66	perdas por redução de justo valor	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do periodo	0,00	0,00	0,00
68	outros gastos e perdas	15.506,65	8.785,46	6.721,19
681	Impostos	5.853,71	467,68	5.386,03
682/687	outros gastos e perdas em ativos	0,00	0,00	0,00
688	outros gastos e perdas	9.652,94	8.317,78	1.335,16
6881	Correções de exerc anteriores	9.652,94	7.317,78	2.335,16
6882	Donativos	0,00	1.000,00	-1.000,00
6884/*6888	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	610,93	683,76	-72,83
	Total dos gastos	568.593,33	515.814,26	44.506,07
88	Resultados liquido exercicio	-33.033,73	16.033,80	

* ESTE COMPARATIVO FOI AJUSTADO COM O VALOR REFERIDO
NA NOTA 15.6 DO ANEXO

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Centro Social da Freguesia de Soza

Anexo **ao Balanço e Demonstração de Resultados** **a 31 de Dezembro de 2018**

Imprimir
Paul
V.O.

Índice

1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Activos Fixos Tangíveis	8
5. Activos Intangíveis	9
6. Custos de Empréstimos Obtidos	9
7. Inventários	9
8. Rendimentos e Gastos Custos de Empréstimos Obtidos	13
9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	13
10. Subsídios e outros apoios das entidades Públicas	14
11. Instrumentos Financeiros	14
12. Benefícios dos empregados	11
13. Acontecimentos após data de Balanço	12
14. Agricultura	15
15. Outras divulgações	15
15.1. Caixa e Depósitos Bancários	16
15.2. Fornecedores	13
15.3. Estado e Outros Entes Público	13
15.4. Outras Contas a Receber	15
15.5. Fornecimentos e serviços externos	15
15.6. Outros gastos e perda	15
15.7. Outros rendimentos e ganhos	15
15.8. Resultados Financeiro	18

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1. Identificação da Entidade

O "Centro Social da Freguesia de Soza" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos registados, a título definitivo, na Direcção-Geral da Segurança Social, desde 13/02/1995 no Livro nº 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 82/95, a folhas 80 verso, com sede em Rua Comendador Rodrigues Silva, nº50 | 3040-351 Soza. Tem como actividade "Prestação de serviços de acção social sem fins lucrativos, nas valências de Creche, ATL, Apoio Domiciliário, sem alojamento" para que possa prosseguir os objectivos inerentes.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (sustentabilidade).

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, quando existam, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem e grupo de bens quando aplicável.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Investimentos financeiros

A instituição detém uma participação no "Fundo Estrutural Sector Solidário" (conta 41581) e no "Fundo de compensação salarial" (conta 41582) respeitando os normativos legais.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, doadores, associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractor o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

- À data de 31 de Dezembro não havia qualquer empréstimo contraído em nome da instituição.

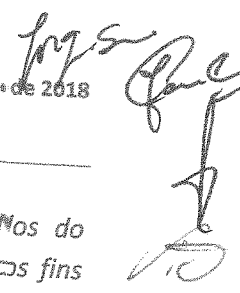
Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, quando aplicável. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante setrate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Activos Fixos Tangíveis

No período de 2018, a quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo a 1Jan2018	Aquis	Abates /Alien	Transf	Revalorizações	Saldo em 31Dez2018
Custo						
Terrenos e Rec Naturais	192.035,85	25.000,00	0,00	0,00	0,00	217.035,85
Edifícios e Out Construções	593.457,33	5.535,00	0,00	0,00	0,00	598.992,33
Equipamento Básico	154.056,33	8.601,61	0,00	0,00	0,00	162.657,94
Equip de Transporte	275.844,40	0,00	0,00	0,00	0,00	275.844,40
Equip Administrativo	90.334,11	0,00	0,00	0,00	0,00	90.334,11
Out. act. fixos tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.305.728,02	39.136,61	0,00	0,00	0,00	1.344.864,63

	Saldo a 1Jan2018	Deprec. do exerc	Regularizações	Saldo em 31Dez2018
Depreciações acumuladas				
Terrenos e Rec Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Out Construções	154.665,22	14.721,81	0,00	169.387,03
Equipamento Básico	112.697,62	21.618,86	0,00	134.316,48
Equip de Transporte	275.844,40	0,00	0,00	275.844,40
Equip Administrativo	119.740,32	15.125,95	0,00	134.866,27
Out. act. fixos tang	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	662.947,56	51.466,62	0,00	714.414,18

5. Activos Intangíveis

Não aplicável

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

7. Inventários

O Inventário está registado ao Custo de Aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém referem-se a bens alimentares que se destinam a serem incorporados nas refeições servidas aos utentes.

MOVIMENTOS	MERC	MAT-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO - 2018	MAT-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO - 2017
Existências Iniciais		1.534,56	0,00
Compras		71.335,75	74.030,21
Auto consumos		0,00	50,72
Regularização de existências		-2.469,72	-2.026,78
Existências Finais		-3.263,52	-1.534,56
Custo MVMC		67.137,07	70.519,59

A instituição conjuga com uma gestão atenta e consciente das compras, contratos anuais com fornecedores, conseguindo manter um nível de custos relativamente baixo, face ao volume de

refeições que se servem, uma postura proactiva que tem vindo a ser mantida. A diminuição de custos esse ano deve-se ao protocolo em vigor relativo ao Programa de Emergência Alimentar ter terminado.

	Saldo a 1Jan2018	Aquis	Abates / Alien	Transf	Revalorizações	Saldo em 31Dez2018
Investimentos em curso						
Edif Loff	6.582,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.582,26
Const. Garagem	0,00	1.083,28	0,00	0,00	0,00	1.083,28
Total	6.582,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.582,26

O Edifício Loft foi adquirido com vista a:

- Dar apoio ao Edifício já existente, nomeadamente para servir de estacionamento para as carrinhas e minimizar os perigos de se estacionar na rua,
 - Para servir de edifício para desenvolver actividades complementares às valências existentes.
- As obras associadas então ainda em curso, por se estar a estudar a forma mais viável.

A Garagem foi construída no sentido de resguardar o Autocarro das intempéries.

8. Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de serviços (72)	129.178,72	141.703,23
Matrículas e mensalidades	128.171,72	133.654,73
Quotizações e joias 1)	462,00	806,00
Serv. pontuais/secundários		
Prog Emerg alimentar	545,00	7.242,50
Subs à exploração (75)	366.624,73	344.372,12
Compart. Seg. Social	300.158,15	294.171,60
Compart. Autarquia CMVagos	57.341,52	39.946,65
IEFP - CEI	9.125,06	10.253,87

- A instituição aderiu ao Programa de Emergência Alimentar - cantinas sociais em Junho 2013, servindo uma média de 150 refeições diárias no âmbito deste programa, a famílias carenciadas. Este protocolo terminou no início de 2018.

9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

10. Subsídios e outros apoios das entidades publicas

Subs à exploração (75)	366.624,73	344.372,12
Compart. Seg. Social	300.158,15	294.171,60
Compart. Autarquia CMVagos	57.341,52	39.946,65
IEFP - CEI	9.125,06	10.253,87

Subsídios de Investimento (7883)	2018	2017
Imput anual subs p/ investimento	12.071,68	14.536,73

11. Instrumentos Financeiros

Não aplicável.

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os custos com os funcionários estão distribuídos da seguinte forma:

	2018	2017
nº médio de pessoas ao serviço da Instituição	31	31
Gastos com Pessoal		
Remunerações do Pessoal	284.025,31	252.049,15
Encargos sobre Remunerações	56.740,96	58.763,86
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	7.410,12	3.601,13
Outros Custos c/Pessoal	1.106,06	965,90
Total	349.282,45	315.380,04

	2018	2017
Direitos dos funcionários, adquiridos em N que serão pagos em N+1		
Remunerações a liquidar	48.930,28	40.444,00
Encargos sobre remunerações	8.814,28	9.163,89
total	57.744,56	49.607,89

13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 28 de Março de 2019.

14. Agricultura

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials:
 fgsa
 Paulo
 T
 150

15. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	509,19	1.322,04
Depósitos à ordem	157.367,60	112.373,66
Depósitos a prazo	215.644,11	215.013,07
Outros	0,00	0,00
Total	373.520,90	328.708,77

15.2. Fornecedores

O prazo de pagamento contratado com cada um dos fornecedores é de 30 dias. Os saldos que figuram na conta "Fornecedores" reflectem as compras do mês de Dezembro, sendo estas saldadas em Janeiro de 2019.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2018	2017
Fornecedores c/c	9.135,56	2.384,91
Aquifruta, Lda	1.439,17	1.111,20
C Miranda, Lda	948,79	948,79
O TALHO - Edmundo & Francisco Jose Com Car Lda	509,58	667,08
Forn-RedeRia	492,00	0,00
EML - Comércio de Carnes, S.A.	467,43	488,07
M. Deliv, Lda.	461,20	467,71
Batatas Capela, Lda	430,98	221,85
Soraegás, Lda	346,00	415,00
VagoDelicias, Lda	334,90	352,08
Gasprocar, Lda.	312,65	0,00
MercoCentro, Lda	286,07	251,90
DALIFAL Dist Prod alim Lda	166,71	51,71
Inforlitoral, Lda	25,71	57,50
Manuel Silva Grave	-78,07	30,54
Bondumar, Lda.	-263,05	328,52
Prio SA	-442,26	90,45
Total	14.573,37	7.867,31

15.3. Estado e Outros Entes Públicos

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Os valores que figuram no activo e no passivo dizem respeito ao reconhecimento de valores a serem pagos em Janeiro, dentro do prazo legal.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Foram pedidos reembolsos de IVA, relativamente aos bens Alimentares, que se aguarda recebimento.

15.4. Outras contas a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

	Descrição	2018	2017
21	Clientes e Utentes		
	Município de Vagos	6.777,19	5.013,06
	EDP Valor, SA	1.177,54	0,00
	Utentes	0,00	5.835,17
2721	Subsídio da CMVagos a receber		
	Acordo cooperação CMVagos	23.777,80	25.875,60
2781	Out devedores		
	Ass Desp e Cult Sosense	0,00	5.000,00
	CASC St Catarina	155,00	455,00
	Cred. Diversos (PT)	7,16	0,00
	Sub total	31.894,69	42.178,83

- O Centro tem vários protocolos contratados com a Câmara Municipal de Vagos. Os protocolos das Refeições, que estão sujeitas a IVA e é emitida uma factura dos mesmos, são considerados na conta Clientes (21).

Os restantes protocolos, como são reconhecidos com base nos mapas de serviço, são reconhecidos na conta Acréscimo de Rendimentos, de acordo com os princípios Contabilísticos aplicáveis, até que a CMVagos confirme os mesmos, e faça o pagamento.

- CASC St Catarina é a entidade que está responsável pelos pagamentos do programa de emergência alimentar, sendo residual o valor a saldar.

15.5. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Total Forn. Serv. Externos	84.589,61	66.124,79
dos quais (por ordem decrescente de valor)		
Trabalhos especializados	21.141,85	18.785,87
Energia e fluidos	24.794,34	15.798,05
Electricidade	7.576,60	
Gasóleo	10.590,78	
Gás	6.626,96	
Conservação e Reparação	17.119,24	12.395,06
Materiais	3.475,99	4.869,20
Deslocações, estadas e transportes	1.037,07	787,61
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços diversos *		
Seguros	5.017,56	3.270,59
Seg - Acidentes Pessoais	397,2	211,10
Seg - Ramo Viaturas	3.840,56	2.362,12
Outros Seguros	779,8	697,37
Limpeza Higiene e Conforto	3.716,44	4.319,52
Comunicação	2.453,47	2.176,35

*As 3 rubricas com maior valor do ano N, decrescendo

15.6. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2018	2017
Impostos directos	299,03	299,03
Impostos indirectos	667,55	60,48
Taxas	48,00	108,17
Outros Imp Indirectos (escritura 2018)	4.839,13	0,00
Correcções relativas a anos anteriores	9.652,94	7.317,78
Donativos	0,00	1.000,00
Multas e penalidades	0,00	0,00
Sub Total	15.506,65	8.785,46

- O valor registado em "Correcções exercícios anteriores" refere-se ao reconhecimento dum valor que não tinha sido reconhecido no ano anterior, devido a um erro informático, relativo a Gasóleo, no valor de 8273,00 e o restante a Seguros que foram diferidos indevidamente.

15.7. Outros rendimentos e ganhos – Rendimentos suplementares

A instituição investiu em Parques Fotovoltaicos, de forma a obter um Rendimento suplementar que se tem mostrado um bom investimento. Os valores obtidos estão condicionados às condições meteorológicas, e oscilam ligeiramente em cada ano.

No ano de 2018, para além das condições climáticas menos favoráveis, uma delas teve uma avaria por um pouco mais de um mês, que se reflecte na diminuição de produção da mesma. Este proveito é imputado às várias valências de acordo com uma chave de imputação com um a outros créditos semelhantes.

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Prov extraord - Rendimentos suplementares

	2018	2017
Outros rend e ganhos		
Transportes	1.565,15	600,10
Venda energia**	18.387,45	23.145,80
Parque Fotovoltaico	17.083,85	21.844,47
Fotovoltaica 2015	1.303,60	1.301,33
**Depreciação do parque Fotovoltaico	-14.580,29	-14.580,29
**Depreciação do Fotovoltaica 2015	-5.365,94	-5.365,94
Rendimento liquido Energia do exerc.	-1.558,78	3.199,57
Desc. PP obtidos	342,95	24,54
Correcções exerc. Anteriores	365,71	6.327,55
Donativos	1.677,49	2.362,11
Outros*	5.200,00	580,00

*Outros

2017 - indemn arranjo portão

2018 - Cheques formação

- O valor registado em “Correcções exercícios anteriores” refere-se a pedidos de Reembolso de IVA de alimentação de 2017, não antes reconhecidos.

- Os subsídios de investimento, são imputados anualmente, acompanhando as Depreciações e Amortizações dos bens que com eles foram financiados.

- A Instituição recebe regularmente donativos do Hipermercado Modelo de Vagos, e do Banco Alimentar.

- Em 2018 usufrui da medida “Cheque Formação” dos funcionários.

[Handwritten signatures and initials]

15.8. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Demonstração de Res. Financeiros	2018	2017
Juros dep bancários recebidos	145,72	659,92
Gastos e perdas de Financiamento	-610,93	-683,76
Juros suportados	0,00	0,00
Outros		
Custos TPA instituição (MB)	-481,33	-598,76
Custo de cheques	-99,00	-85,00
Custos de manutenção	-30,60	Nova subconta
Result. financeiros	-465,21	-23,84

- Actualmente, apesar dos valores que a Instituição detêm em depósitos a prazo, as taxas de juro são mínimas.
- É imperativo, nos dias de hoje a instituição ter um terminal de TPA, cujos custos se tem mantido semelhantes de ano para ano.

Soza, 28 de Março de 2019

Contabilista Certificado
Armando Gonçalves Martins Viana (CC 23249)